

Os espíritos e as instituições: os Avá-Guarani e a coleção Ygá-Miri no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR

The spirits and the institutions: the Avá-Guarani and the collection Ygá-Miri at Museum of Archaeology and Ethnology of UFPR

Enviado em: 01-04-2024

Aceito em: 26-06-2024

Bruna Marina Portela¹

Renata Simone Domit²

Sady Pereira Do Carmo Junior³

Victor Hugo Oliveira Silva⁴

Resumo

Museus são espaços privilegiados para a prática de ações decoloniais e, nesse sentido, os povos indígenas atuam como um dos principais agentes desse movimento. O que se discute nesse artigo é uma ação colaborativa desenvolvida em parceria entre comunidades Avá-Guarani do oeste paranaense, o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE-UFPR) e a Superintendência do IPHAN no Paraná. As questões aqui propostas partem de um evento específico que foi a transferência de uma coleção, chamada Ygá-Miri, composta principalmente por dois fragmentos de canoas guarani, do Museu Paranaense (MUPA) para o MAE-UFPR. Ao longo do artigo são apresentadas as diferentes ações, os desafios, trocas e diálogos necessários para que o traslado fosse bem-sucedido, o que incluiu uma cerimônia xamânica realizada pelos Avá-Guarani. Partindo dessa ação colaborativa, procuramos discutir em que extensão a participação indígena, no caso específico dessa ação no MAE-UFPR, tem o potencial de reconfigurar e de questionar as práticas institucionais dos museus, muitas delas permeadas pela colonialidade.

Palavras-chave: curadoria compartilhada, museus, indígenas.

Abstract

Museums are privileged spaces for the practice of decolonial actions, and in this sense, Indigenous peoples act as one of the main agents of this movement. What is discussed in this article is a collaborative action developed in partnership between Avá-Guarani

1 Historiadora e coordenadora do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR, doutora em História pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: bruna.portela@ufpr.br

2 Técnica em Assuntos Educacionais do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR, especialista em Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: renata.domit@ufpr.br

3 Arqueólogo e vice-coordenador do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR, doutor em Arqueologia pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: Sady.carmojr@ufpr.br

4 Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da UFPR, doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: victor.silva108@ufpr.br

communities in western Paraná, the Museum of Archaeology and Ethnology of the Federal University of Paraná (MAE-UFPR), and the Superintendence of IPHAN in Paraná. The issues proposed here arise from a specific event: the transfer of a collection, called Ygá-Miri, mainly composed of two fragments of Guarani canoes, from the Paranaense Museum to the MAE-UFPR. Throughout the article, different actions, challenges, exchanges, and dialogues necessary for the transfer to be successful are presented, which included a shamanic ceremony performed by the Avá-Guarani. Building on this collaborative action, we seek to discuss the extent to which Indigenous participation, in the specific case of this action at the MAE-UFPR, has the potential to reconfigure and question the institutional practices of museums, many of which are permeated by coloniality.

Key-words: shared curation, museums, indigenous people

O presente artigo emerge da análise crítica conduzida pela equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (MAE-UFPR), durante a implementação de um projeto em parceria com a Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Paraná (IPHAN-PR). Essa ação, um desdobramento do Projeto Ygá-Miri⁵, vem sendo realizada em colaboração com representantes dos Avá-Guarani da Terra Indígena Guasu Guavirá⁶ e visa a conservação e pesquisa de uma coleção composta por duas canoas indígenas e outros artefatos escavados em 2018 nas proximidades da aldeia Nhemboeté, na região do Sítio Arqueológico de Cidade Real do Guairá e de cinco sítios arqueológicos associados a culturas Guarani, no município de Terra Roxa⁷, Paraná. Após a escavação, as canoas e demais objetos foram transferidos para o Museu Paranaense,

5 Projeto de arqueologia compartilhada promovido pelo IPHAN em parceria com a CPC-PR entre os anos de 2013 e 2019 que teve como propósito monitorar, escavar e salvaguardar a canoa indígena que havia sido localizada nas proximidades da aldeia Nhemboeté, na região do sítio arqueológico da Cidade Real do Guairá. Dos trabalhos efetuados no âmbito desse projeto, realizado em parceria com as comunidades Avá Guarani do oeste paranaense é que resultou a coleção Ygá-Miri, cujo traslado do Museu Paranaense para o MAE-UFPR geraram os eventos que nesse artigo tomamos como foco de análise. Para mais informações sobre esse projeto inicial de resgate e escavação é possível conferir o documentário Ygá-Miri - Resgate emergencial de canoa localizada no sítio arqueológico Ciudad Real del Guayrá (<https://youtu.be/OXmbBtloLoQ?si=Lswetg7sxcbkPfyu>)

6 Atualmente, apesar de delimitada em 15/10/2018 entre os municípios de Guaíra e Terra Roxa no oeste paranaense, a TI em questão ainda carece da efetiva demarcação. Seu processo foi reinstaurado em janeiro de 2024 a partir de uma decisão do ministro do STF que suspendeu todas as decisões legais que interrompiam a continuidade do processo, instando as instituições responsáveis como MP e FUNAI a tomarem as medidas necessárias para que sua realização seja efetivada. Para mais informações consultar: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/notas-oficiais/2024/01/decisao-stf-sobre-terras-indigenas-ava-guarani>.

7 Desde 1980, grupos Avá-Guarani vêm reocupando essa região (Varussa, 2019), considerando-a parte de seu território ancestral, apoiados pelas memórias de seus anciões e por pesquisas arqueológicas (Chmyz, 1976) e antropológicas (Brant de Carvalho, 2021). Atualmente existem em torno de 14 aldeamentos entre os municípios de Guaíra e Terra Roxa, todos eles integrando o território da futura Terra Indígena pela qual eles vêm lutando pela demarcação.

em Curitiba, distante mais de 600km, onde ficariam conservados até que pudessem retornar ao seu local de origem, ou seja, a terra indígena de Guasu Guavirá.



Figura 1. Canoas da coleção Ygá-Miri (acervo pessoal).

O ponto inaugural dessa parceria entre as comunidades Avá-Guarani e o MAE-UFPR - e eixo principal desse artigo - foi uma cerimônia, simultaneamente xamânica e institucional, feita com o intuito de efetivar a transferência da coleção acima mencionada do Museu Paranaense para a Reserva Técnica do MAE, ambos localizados em Curitiba. Esse evento, marcado pela participação dos rezadores (*chamo'i*) Avá-Guarani, delineou um momento crucial de diálogo, permeado por aspectos ritualísticos e práticas institucionais, evidenciando a complexidade inerente à gestão de bens patrimoniais em um contexto intercultural.

A convergência de diversas esferas e saberes nessa cerimônia produziu uma ocasião singular para explorar as implicações da efetiva participação indígena na curadoria de coleções de museus. Na perspectiva que aqui buscaremos adotar, tal âmbito de investigação engloba não apenas considerações de natureza arqueológica, museológica e antropológica, mas também está intrinsecamente vinculado a reflexões sobre o diálogo com a burocracia estatal, cujo papel essencial se manifesta na viabilidade pragmática de projetos como esse.

Vale ressaltar também a condição preponderante da dimensão sobrenatural nas diferentes ações que envolveram esse projeto, sendo esse um eixo determinante da participação Avá-Guarani no processo do cuidado da coleção. Essa conjuntura se evidenciou na comunicação espiritual estabelecida pelos rezadores com os donos espirituais das canoas, nos ritos que, segundo os Avá -Guarani, eram indispensáveis

para a efetivação do adequado traslado da coleção entre os museus. Nesse sentido, Marília Xavier Cury já evidenciou a importância da dimensão espiritual quando se trabalha com povos indígenas nos museus. Ao falar do processo de curadoria, a autora considera os “encantados” como um dos agentes curadores, que se manifestam especialmente por meio dos pajés, ou no caso dos Avá-Guarani, os *chamo’i*. (CURY, 2020, p. 140)

Sendo mediadores entre a dimensão humana e a espiritual, os rezadores atuaram como intermediários de espíritos ancestrais - os antigos donos desses artefatos - que ainda continuam a cuidar deles e de seu povo a partir de uma dimensão sobrenatural. A execução das rezas, entrelaçando canto (*porãhei*) e dança (*jeroky*), trouxe à tona o papel da espiritualidade Avá-Guarani envolvido na curadoria dessa coleção, conferindo à materialidade dos artefatos um outro tipo de compreensão.

A partir disso, nesse artigo apresentamos uma reflexão sobre as consequências teóricas e práticas que se colocam pela inserção indígena em museus universitários. Segundo Vieira (2018) a presença de indígenas nos museus vem desencadeando uma série de reflexões sobre a construção de narrativas coloniais e a necessidade de descolonização dessas instituições, trazendo à tona a importância da curadoria compartilhada como um caminho para a decolonização do imaginário museológico.

Tendo como horizonte as transformações e desafios enfrentados por essas instituições a partir do momento em que elas passam a gerir processos de curadoria⁸ de forma compartilhada com povos indígenas, procuramos pensar sobre os esforços e desafios implicados na busca por conduzir essa relação de forma verdadeiramente dialógica. Isso implica respeitar e, conseqüentemente, agir em conjunto com outras ontologias, em suas formas próprias de correlacionar natureza e cultura, bem como de equacionar a relação entre pessoas e objetos.

Partindo dessa conjuntura, por meio desse artigo, almejamos contribuir com o debate sobre as questões suscitadas pela museologia contemporânea, destacando a importância de estabelecer um diálogo intercultural mais profundo com as comunidades indígenas. Esse tipo de abordagem ganhou relevância no contexto do movimento de renovação dos museus, conhecido como 'nova museologia', que surgiu a partir da década de 1960. Este movimento propôs uma transformação radical nos

8 Entendemos curadoria de maneira ampla, como propõe Marília Cury, que a define como o ciclo completo de ações interligadas em torno do objeto museológico. (CURY, 2020, p.139)

objetivos das instituições museológicas, advogando por ideais políticos de democratização cultural e educação popular, além de enfatizar a consolidação dos museus como campos de reflexão teórica e epistemológica (Duarte, 2013, p. 100). Tal movimento para reformular a inserção indígena nos museus está ligado também às problematizações da antropologia quanto ao seu papel colonialista e à reflexão museológica sobre o distanciamento institucional em relação aos grupos representados, processo esse que coincide com o fim das metanarrativas e o surgimento do movimento pós-colonial, enfatizando assim as relações e diferenças entre sociedades colonizadas e colonizadoras (Vieira, 2018, p. 120).

Segundo Cury (2017), a participação indígena, um dos principais pontos dessa nova postura epistêmica, pode ser incorporada em museus etnográficos de forma produtiva e respeitosa por meio da colaboração, que é, segundo ela, um dos métodos para a indigenização do museu. Esse processo envolve a participação ativa das comunidades indígenas na curadoria, desde a seleção de objetos até a elaboração de exposições, além de levar em consideração as complexas dimensões sociopolíticas e éticas inerentes à criação, aquisição, preservação e valorização de seus legados culturais. Nesse sentido, é importante que os profissionais de museus, curadores e pesquisadores trabalhem em conjunto com os curadores indígenas e encantados curadores, incorporando no museu as perspectivas e os saberes indígenas.

Essa perspectiva remete também à pesquisa participativa e a educação popular proposta por Freire (1987), que envolve trabalhar em solidariedade com grupos oprimidos para aumentar seus direitos e poder político, enfatizando a importância de projetar pesquisas com base nas questões que esses grupos desejam examinar, em uma prática orientada por suas perguntas, para produzir conhecimento compartilhado e útil para eles.

Para apresentar a discussão aqui proposta, o artigo foi desenvolvido em três seções. Na primeira fazemos uma descrição da cerimônia de transferência dos bens de uma instituição museológica a outra, bem como o relato de algumas ações necessárias para que o evento pudesse ser realizado. Em seguida fazemos uma discussão em torno da coleção musealizada e dos sítios arqueológicos do entorno onde os objetos foram resgatados. Ainda nessa seção é feita uma discussão sobre a importância da coleção e dos sítios enquanto documento que comprova a ocupação ancestral do território pelos Avá-Guarani e que, por consequência, é um elemento fundamental na luta pela demarcação de seus territórios e de seus direitos enquanto cidadãos. Por outro lado, também se evidencia o trabalho do MAE-UFPR com a

coleção como uma possibilidade de decolonizar o museu, ou ao menos de implementar algumas ações que levem a essa reflexão. A terceira seção traz uma discussão sobre a cosmovisão guarani e seu impacto na gestão do patrimônio pela equipe do museu, especialmente na conservação, mostrando alguns desafios do trabalho colaborativo, mas também a relevância dessa abertura e diálogo para que o museu questione a colonialidade que lhe é inerente.

Por fim, encerra-se o artigo com uma reflexão sobre um conceito caro aos indígenas Avá-Guarani que é o do *Teko Joja*. Tal concepção, como procuramos demonstrar, se entrelaçou com as burocracias intrínsecas aos museus universitários e foi fundamental para que a cerimônia e o processo de transferência pudessem ocorrer da melhor maneira possível.

A transferência da coleção Ygá-Miri: encontro entre o espiritual e as práticas museológicas.

Para que as discussões propostas no artigo façam sentido ao leitor, faz-se indispensável uma breve descrição da cerimônia e das ações necessárias para que ela acontecesse. Trata-se, como dito anteriormente, de um processo de mudança da coleção de uma instituição museológica a outra, que envolveu a participação ativa da comunidade indígena detentora dos objetos e uma complexa rede de trocas e diálogos entre diferentes instituições, pessoas e visões de mundo.

Cabe informar que o processo de transferência da coleção é o marco inicial de um projeto mais amplo que teve início efetivamente em fevereiro de 2024, após a tramitação burocrática entre IPHAN-PR e MAE-UFPR. O projeto, com duração prevista para três anos, tem em seu escopo ações colaborativas que visam a conservação da coleção, a produção de um documentário bilíngue (português-guarani), a publicação de um livro e oficinas de capacitação voltadas à conservação, ao audiovisual e à arqueologia. Além disso, é importante ressaltar que desde quando as canoas e demais objetos da coleção foram resgatados, em 2018, já havia um consenso entre todas as instituições e a comunidade Avá-Guarani de que a transferência para Curitiba era temporária e que, quando a terra indígena possa receber os bens de maneira adequada e segura, eles devem impreterivelmente voltar.

Em julho de 2023, após as reuniões iniciais entre IPHAN-PR e MAE-UFPR, realizamos uma viagem até Japorã, município do Mato Grosso do Sul, onde atualmente reside o rezador Belino, um dos responsáveis pelo cuidado ritual da

coleção Ygá-Miri e que esteve presente na primeira cerimônia de reza realizada quando as canoas foram encontradas. Os outros dois rezadores presentes à época, infelizmente, faleceram. Nessa expedição estiveram presentes um dos autores desse artigo, além do arqueólogo Almir Pontes Filho, na época representando a Coordenação do Patrimônio Cultural do PR (CPC-PR), Gilberto Benites, Adriano Benites e Nazany Martins, que enquanto lideranças e professores indígenas atuaram de forma a traduzir nossa conversa com o rezador.



Figura 2 - Conversa com *chamo'i* Belino na TI Porto Lindo (MS) (26/7/23) (acervo pessoal).

Após ouvir atentamente nossa explicação sobre o projeto de transferência da coleção Ygá-Miri visando a continuidade de seu cuidado e preservação, o rezador Belino expressou sua preocupação com a situação. Reafirmou a importância dessas canoas para a luta do povo Guarani e, mais do que isso, foi enfático em afirmar que para mover as canoas de um museu para o outro seria necessária a realização de um ritual em Curitiba, a ser conduzido por ele no dia dessa mudança. Tal atividade ritual, segundo o rezador, se faz indispensável para que o procedimento ocorra em segurança para todas as pessoas e instituições envolvidas.

Segundo nos explicou o rezador, existem dois espíritos anciões, um homem e uma mulher, que acompanham as canoas para protegê-las. Tocar e mover esses objetos sem a devida realização de uma reza Guarani conduzida por um rezador experiente, pode acarretar inclusive em risco de morte para os envolvidos. Ele disse que os espíritos guardiões das canoas já estão com saudade de seu território de origem, uma vez que foram retiradas do oeste paranaense e desde 2018 estão em Curitiba, de modo que esse ritual e o futuro retorno das canoas, devem ser feitos com a maior celeridade possível.

Apesar da preocupação expressada, o rezador Belino concordou com a mudança dos artefatos de um museu para o outro, tendo em vista que um elemento essencial para sua boa conservação é que exista nas equipes envolvidas o *Teko Joja*, essa harmonia comunitária em constante construção, da qual falaremos mais adiante. Algo que, como explicamos para o rezador, será mais propício de ocorrer no MAE-UFPR, devido a arranjos tanto institucionais como acadêmicos. Um dos elementos que contribuiu para a transferência também se deu pelo fato de o MAE-UFPR ser uma instituição federal, o que facilita o repasse de verba por parte do IPHAN-PR. O rezador Belino ressaltou que a existência e o cultivo do *Teko Joja* é um elemento fundamental para que os espíritos guardiões fiquem satisfeitos e tudo ocorra a contento e em segurança para todos.

Após ouvir a respeito da importância e necessidade da transferência da coleção, o rezador Belino concordou com a mudança da guarda do MUPA para o MAE-UFPR. No entanto, enfatizou que para isso seria necessário levar ele e alguns acompanhantes para Curitiba para que se realizasse um ritual no dia em que tal traslado fosse efetivado. A transferência dos objetos estava prevista para acontecer somente no início de 2024, quando então a verba do projeto já estaria liberada. No entanto, devido à saudade que segundo o *chamo'i* Belino os espíritos guardiões estavam sentindo e considerando a idade avançada do rezador, foi necessário que tal mudança – acompanhada do referido ritual – fosse adiantada para outubro de 2023. Essa circunstância fez com as equipes envolvidas tivessem que encontrar caminhos institucionais e financeiros diferentes (em um curto período) para que o evento pudesse ser realizado de acordo com as instruções dadas pelo rezador Belino.

Ele também enfatizou que as ações institucionais que irão possibilitar o devido retorno das canoas mediante a construção de uma casa de Cultura⁹ e de uma casa de reza na localidade de Nhemboeté não devem demorar para acontecer, muito menos serem tratadas com menor interesse, algo que implicaria em um risco espiritual e físico às pessoas e instituições envolvidas. Finalizando nossa conversa, o rezador Belino disse, se esforçando para falar em português, que ‘essa cultura é a salvação de nós

9 Quando ocorreu o batismo da canoa Ygá-Miri foi firmado um compromisso entre os rezadores, lideranças e representantes das instituições envolvidas (IPHAN e CPC-PR) de que quando existirem as condições adequadas as canoas irão retornar para o local de onde foram retiradas. A ideia, segundo nos explicou o rezador Belino Verá, é que seja construída uma Casa de Cultura Avá-Guarani que funcionará também como casa de reza, de modo que os artefatos possam receber tanto o cuidado museológico como o espiritual. A realização efetiva desse retorno, no entanto, não se encontra no escopo do projeto de conservação firmado entre o MAE e o IPHAN, o qual visa promover a conservação das canoas enquanto elas estiverem em Curitiba e realizar atividades formativas que, em certa medida, contribuam para criar as condições propícias para o futuro retorno.

Guarani e também de todos'. Disse também que estava forte e disposto a ir onde for necessário para realizar esse trabalho.

O desfecho positivo, após as dificuldades que surgiram pelo adiantamento da cerimônia, coincidiu, segundo nos informou a liderança Nazany Martins, com o recebimento de um novo canto pelo atual rezador da aldeia Nhemboeté, o professor Fidelino, que também passou a participar do projeto, como um dos rezadores responsáveis. Após enfrentar uma febre por 20 dias, ele se recuperou espiritualmente devido à realização de uma cerimônia comunitária que durou todo esse período, e, ao expressar sua prontidão para acompanhar a comitiva, foi confirmada a possibilidade de transporte para Curitiba. Por meio de um esforço conjunto entre as instituições envolvidas (MAE-UFPR, IPHAN-PR e CPC-PR), foi possível trazer 20 membros da comunidade Avá-Guarani, incluindo os rezadores Belino e Fidelino, para que a cerimônia fosse realizada.

A organização desse evento só foi possível devido à interação dialogada entre diferentes instâncias de poder, que através de seus representantes e lideranças, tornaram possível tal mobilização. De um lado havia as comunidades Avá Guarani envolvidas, e sua forma própria de organização comunitária e de outro as instituições estatais e sua maneira inerente de organização burocrática e institucional. Nesse sentido é preciso destacar o empenho e a disponibilidade de duas lideranças, Nazany Martins e Gilberto Benites que, enquanto representantes das duas comunidades mais diretamente ligadas ao projeto, foram responsáveis pela articulação local dos preparativos.

Além de transportes locais para arregimentar o grupo no dia da viagem e articulação dos mantimentos e documentos necessários eles realizaram uma cerimônia de reza, pedindo a Nhanderu para que protegesse e abrisse os caminhos durante a viagem. Afinal, tal como nos explicaram, a cerimônia de fato teve início na casa de reza da aldeia Pohã Rendá, onde, em 2018, ocorreu o Nhemongarai (batismo) no qual a Ygá-Miri, a canoa pequena, foi batizada. Na cerimônia feita nas vésperas da vinda para Curitiba, foi feito um contato prévio com os donos das canoas, que se encontram agora no MUPA, buscando avisá-los da mudança que irá ocorrer. Tal comunicação mais intensa e direta com os donos precisa ser feita a partir de um território sagrado, no caso, uma *opy*.

Gilberto nos disse que a casa de reza funciona como um tipo de orelhão, através do qual o rezador consegue se comunicar com os espíritos. É como visitar alguém, ele continuou explicando, 'pra eu vir aqui na sua casa eu te liguei, avisei que

estava chegando. Se eu chegasse do nada na sua casa, de forma inesperada, causaria um estranhamento. É a mesma coisa com as canoas, a gente não pode chegar lá sem avisar e tirar coisas de repente, pois isso pode causar problemas. Precisamos começar a reza lá em Terra Roxa, na casa de reza'.

Tendo em vista que foi na *opy* da aldeia Pohã Rendá onde se deu o batismo, foi também lá onde teve início o ritual que objetivou a mudança das canoas. Segundo nos explicou o Gilberto a importância de iniciar o processo ritual nas aldeias se dá também devido ao fato de que através de seus cantos e rezas o rezador poderá limpar o caminho, providenciando uma viagem de ida e volta que seja segura para todos os integrantes da comitiva Avá-Guarani. Fazer uma viagem longa como essa com um grupo grande é uma situação delicada, de modo que o apoio espiritual do rezador, do ponto de vista das lideranças Avá-Guarani, foi algo fundamental, não fazer isso teria sido um erro.

Feita a cerimônia, realizou-se então a viagem da comitiva Avá Guarani. Já em Curitiba, no dia 30 de outubro de 2023, após uma viagem tranquila apesar de cansativa, o grupo se congregou para a realização da primeira reza desse processo ritual, que foi conduzida pelo *chamo'i* Belino com canto e dança, *takuapu* e *mbaracá*, dentro do Museu Paranaense. A intenção era 'desinstalar' as canoas e comunicar aos donos sobre a mudança, através da mediação espiritual feita pelos rezadores, evitando assim algum possível malefício para os envolvidos.

Contando com a presença de representantes das diferentes instituições que participaram do processo, a cerimônia teve como seu ápice o fato de todos terem sido convidados pelo rezador a se juntarem na dança ritual em torno dos objetos, prática esta chamada de *jeroky* pelos Avá-Guarani.



Figura 3: Jeroky no MUPA.

Após esse momento os rezadores e as lideranças se pronunciaram, explicando para os presentes a importância dessa coleção para sua luta e trazendo as informações a respeito dos cuidados necessários de serem realizados no trato com esses objetos. Tendo em vista a necessidade de fazer com que os espíritos guardiões fiquem satisfeitos será necessário que periodicamente, ao longo de tempo em que a coleção permanecerá em Curitiba, seja promovida uma visita de um rezador Avá-Guarani até a Reserva Técnica do MAE, de modo que ele possa conduzir o canto cerimonial, apaziguando assim a saudade que esses espíritos sentem de seu território.



Figura 4: *Chamo'i* Fidelino transmite as palavras dos donos.

Terminada a cerimônia a equipe do MAE colocou em ação uma atividade que havia dias estava sendo planejada em todos os seus detalhes: o embalagem e transporte das peças. Devido ao tamanho de uma das canoas, aproximadamente 6 metros de comprimento, tudo teve que ser feito com muita atenção e cuidado buscando resguardar a integridade e segurança da coleção. As peças foram todas acondicionadas e embaladas após a cerimônia, sendo que na manhã do dia seguinte veio o caminhão destinado a transportá-las até a Reserva Técnica do MAE. Tudo ocorreu dentro do esperado e as peças foram transportadas com segurança.

No segundo dia, outra cerimônia de reza Avá-Guarani foi celebrada na Reserva Técnica do MAE-UFPR, onde a partir de agora serão mantidas, cuidadas e pesquisadas. A intenção de tal ritual foi apaziguar e satisfazer os donos que, segundo os rezadores, já estavam com saudades de ouvir o canto cerimonial, atraindo assim as

devidas bênçãos tanto para os Avá-Guarani como para as diferentes equipes e instituições envolvidas no projeto.

Assim como no dia anterior, os rezadores e as lideranças se pronunciaram, demonstrando satisfação com a forma pela qual o projeto vem se desenvolvendo e salientando como esse processo de conservação compartilhada tem sido importante como forma de trazer um foco para a intensa luta que eles vêm desenvolvendo nos últimos anos. Ao final algumas das lideranças concederam entrevistas para equipe de jornalismo da TV UFPR, que tendo acompanhado o evento, produziu uma importante reportagem do ocorrido¹⁰.



Figura 5 - Chamo'i Belino e sua reza na Reserva Técnica do MAE-UFPR

Coleção-documento: sítios arqueológicos e objetos musealizados como testemunho da ocupação do território pelos Avá-Guarani.

É premente para os povos indígenas do Brasil a demarcação de seus territórios. A discussão recente sobre o marco temporal colocou em evidência as constantes violências que os povos originários de todo o país sofrem ao lutarem por suas terras. Não é diferente com os Avá-Guarani com quem estamos dialogando. A comunidade ainda luta pela demarcação e contra os inúmeros preconceitos e

10 As reportagens produzidas pela TV UFPR sobre essa cerimônia podem ser conferidas nos links a seguir: <https://youtu.be/xDSIG4e5rBo?si=RIBaArurZ-C4HHZF> e <https://youtu.be/wNtZ4A0lWWY?si=N0YztXifOK9WmMZt>

equivocos que são difundidos sobre eles, como identificá-los como paraguaios e não brasileiros, que chegaram recentemente à região¹¹. A coleção de bens arqueológicos Ygá-Miri e sua musealização vão ao encontro da luta dos indígenas para que o desconhecimento e a discriminação não acabem com seus direitos constitucionais.

Cabe aqui uma discussão sobre o conceito de musealização, entendido por nós a partir de Devallées e Mairesse (2013, p.57), quando afirmam que ela é “a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal” – isto é, transformando-a em musealium ou musealia, em um ‘objeto de museu’ que se integre no campo museal. Os autores seguem afirmando que

Por meio da mudança de contexto e do processo de seleção, de “thesaurização” e de apresentação, opera-se uma mudança do estatuto do objeto. Seja este um objeto de culto, um objeto utilitário ou de deleite, animal ou vegetal, ou mesmo algo que não seja claramente concebido como objeto, uma vez dentro do museu, assume o papel de evidência material ou imaterial do homem e do seu meio, e uma fonte de estudo e de exibição, adquirindo, assim, uma realidade cultural específica. (DESVALEÉS e MAREISSE, 2013, p.57)

No caso da coleção Ygá-Miri, os objetos assumem, de fato, esse papel de evidência material, mas, por outro lado, para os Avá-Guarani, em especial as canoas, seguem sendo “objetos de culto”, pois, conforme dito acima pelo nosso interlocutor, o rezador Belino, é essencial que de tempos em tempos eles visitem a reserva técnica do museu para realizar as cerimônias de reza. Talvez esse seja o diferencial dessa coleção e que evidencie o seu caráter decolonial, uma vez que a guarda dos objetos no museu é temporária e totalmente compartilhada com os indígenas, que têm livre trânsito para realizar as visitas que, inclusive, estarão contempladas nas ações do projeto que irá se desenvolver ao longo dos próximos anos. Usamos aqui o conceito decolonial no sentido proposto por Catherine Walsh (2012). Segundo a autora:

Eliminar o ‘s’ em decolonial não significa anglicizar o termo. Ao contrário, busca-se marcar uma distinção com o significado de des em espanhol. Não se trata simplesmente de desarmar, desfazer ou reverter o colonialismo. A intenção não é passar de um momento colonial para um não colonial, como se fosse possível que seus padrões e lógicas simplesmente deixassem de existir. A intenção é provocar um posicionamento, uma postura e uma atitude contínuas de transgredir, intervir, insurgir e incidir. O decolonial denota, então, um caminho de luta constante no qual podemos identificar, visibilizar e fortalecer lugares de exterioridade e construir alternativas. (WALSH, 2012, 95)

11 Para mais informações sobre as violações de direitos humanos que os Avá Guarani do oeste paranaense vêm sofrendo é possível consultar a seguinte publicação: PACKER, I. Violação dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no Oeste do Paraná (1946-1988): Subsídio para a Comissão Nacional da Verdade. Centro de Trabalho Indigenista, São Paulo, out. 2013.

Essa relação dos indígenas com os objetos no campo espiritual específico dos guaranis não impede que eles próprios entendam a importância da musealização da coleção, que é entendida como documento, como testemunho da ocupação guarani no território que hoje lutam para ser demarcado. Esse entendimento é dado pelos próprios indígenas, em muitas de suas falas com a equipe do museu ou com a imprensa, e que também foi ressaltado durante a cerimônia de transferência dos objetos.

Da perspectiva das lideranças e moradores Avá-Guarani, portanto, a coleção é também entendida enquanto um documento, uma materialidade que comprova sua presença no território ancestral cuja devida demarcação eles vêm reivindicando desde os anos 1980. Nesse sentido, ao ser pensada enquanto um documento, ela funciona na prática também como um instrumento para a luta dos Avá Guarani do oeste paranaense, conforme ressaltou a cacique Nazany Martins durante a cerimônia:

Vamos dizer que a canoa é antiga, mas pra nós enquanto indígena essa canoa é um futuro para as nossas novas gerações, para nossas crianças para nossos ancestrais que a gente hoje vê o futuro de nossas crianças, por isso estamos trazendo as crianças também aqui. É por eles que nós estamos aqui, é por eles que nós passamos muitas coisas, muitos de nós, muitos rezadores, já nos deixaram, mas enquanto isso nós, povo indígena Guarani, estamos resistindo. E essa canoa aqui, essa pessoa que tá aqui, essas duas que ele acabou de falar agora, essas duas pessoas que tá aqui hoje, eles vão representar o povo Guarani (Nazany Martins, comunicação pessoal).

A fala forte de Nazany traz à tona a responsabilidade das instituições museológicas quando trabalham com coleções de povos indígenas e, ao mesmo tempo, complexifica as relações entre “nós e eles”. A questão da decolonização dos museus tem sido discutida já há algum tempo por diferentes pesquisadores, de diferentes áreas, conforme já expusemos em alguns pontos deste artigo. Entendemos que esse projeto junto aos Avá-Guarani e à coleção Ygá-Miri é uma oportunidade para que não apenas o MAE-UFPR, mas também as outras instituições envolvidas, possam repensar suas ações e seu papel enquanto agentes da colonialidade. Walter Mignolo, importante autor quando se fala em decolonização, resalta a intrínseca relação no mundo ocidental entre os museus e as universidades e, por consequência, como essas duas instituições seguem sendo “cruciais para a acumulação de significado e para a reprodução da colonialidade do conhecimento e dos seres” (MIGNOLO, 2018, p. 310) O MAE-UFPR, portanto, um museu universitário, precisa de fato investir em ações que contraponham a colonialidade que lhe é inerente.

No caso dessa coleção-documento, é papel do museu fazer a guarda temporária dos bens e realizar ações em parceria com a comunidade indígena, com o

objetivo trazido por eles, que é o de demarcar não apenas suas terras, mas de garantir seus direitos enquanto cidadãos indígenas. Ter os seus objetos musealizados e evidenciados por uma instituição museológica é também importante para que sua luta seja legitimada pelos não-indígenas.

Nesse sentido, não apenas a coleção que está sob a guarda temporária do MAE-UFPR é um testemunho da ocupação guarani no oeste do Paraná, mas também os sítios arqueológicos identificados no entorno do lugar onde as canoas e outros objetos foram escavados.

Em 2013, Thomaz & Andrade (2014) que realizavam um diagnóstico para um plano de manejo da ocupação Guarani na área da Cidade Real do Guairá, um povoado espanhol que durou 74 anos, entre 1557 e 1631, encontraram a canoa de quase 6 metros a partir de informações de seus moradores. O Resgate das canoas foi realizado em 2018, por Chmyz e Miguel (2019) quando foram obtidas duas datas por Carbono 14 do contexto arqueológico. As datas obtidas indicam uma proximidade temporal com o momento final da ocupação espanhola, sendo a datação mais antiga entre os anos de 1616 e 1671, e a datação mais recente, na mesma camada arqueológica da Canoa Ygá-Miri, entre os anos de 1665 e 1816 (CHMYZ E MIGUEL, 2019).

As primeiras pesquisas arqueológicas na região tiveram como foco o estudo da materialidade no interior das ruínas da Cidade Real do Guairá. Watson analisou as cerâmicas (1947 apud CHMYZ E MIGUEL 1999) e Chmyz, entre os anos de 1958 e 1965, analisou o levantamento topográfico do arruamento urbano e a caracterização do material cerâmico e lítico (CHMYZ, 1976). Ambos os trabalhos indicam a presença da tecnologia Guarani no estudo dos vasilhames. Chmyz, classifica a cerâmica como pertencente à tradição Tupiguarani¹², mas com elementos que demarcam o contato e o convívio entre os Guarani e os europeus. Posteriormente Chmyz (1976) verificou em novas pesquisas, que alguns setores das ruínas podem estar relacionados com uma aldeia indígena preexistente ou com um sítio arqueológico anterior à fundação da vila.

12 Para o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA 1965-70), tradição é um conceito que define um “grupo de elementos ou técnicas, com persistência temporal” Esta abordagem, calcada na ecologia cultural, objetivou a criação de quadros histórico-culturais a partir da semelhança ou diferença morfológica dos vestígios. Desta forma, a Tradição tupiguarani (sem o hífen que caracteriza o conceito etnológico Tupi-guarani) foi definida como: “Uma tradição cultural caracterizada principalmente por cerâmica policrômica (vermelho e ou preto sobre engobo branco e ou vermelho), corrugada e escovada, por enterramentos secundários em urnas, machados de pedra polida, e, pelo uso de tembetás”. (Chmyz et al, 1976, pp 145-146).

Em 1998 e 1999, uma nova equipe liderada por Chmyz (CHMYZ et al, 2015) foi contratada para pesquisar a localidade e apresentou dados dos bens arqueológicos associados às ruínas de Cidade Real do Guairá. Os trabalhos concentraram-se no entorno das ruínas e nas margens dos rios Paraná e Piquiri e do córrego Água Pequena. Como resultado foram identificados e delimitados outros quatro sítios arqueológicos e duas ocorrências, conforme a figura 05.

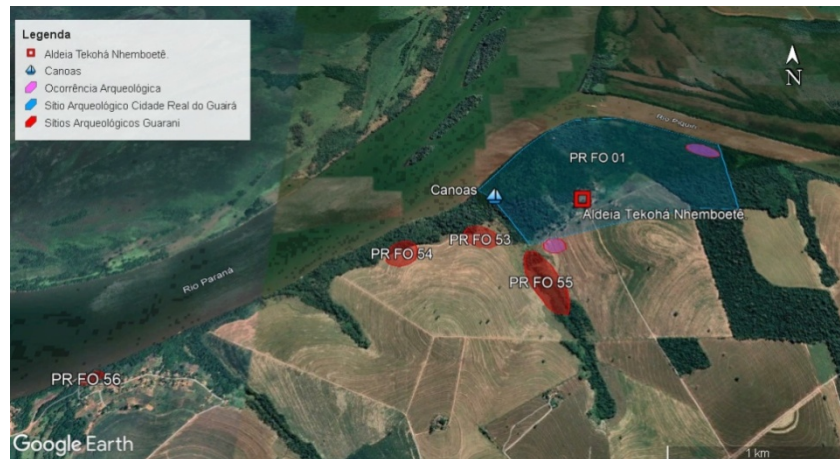


Figura 5: Sítios arqueológicos associados a coleção Ygá-Miri. (Modificado de Chmyz et al 2015 e Chmyz & Miguel, 2019)

Os sítios arqueológicos encontrados são associados diretamente às culturas Guarani (ou pertencentes à tradição arqueológica tupiguarani) devido a sua cerâmica característica. Devido ao caráter da pesquisa, as intervenções nos sítios foram pequenas, sendo a coleta mais numerosa no sítio PR FO 54, onde foi encontrada uma urna funerária parcialmente destruída (CHMYZ et al, 2015). Foram coletadas nesse trabalho, 1387 fragmentos cerâmicos, 34 peças líticas, três peças metálicas, que formam as nove coleções sob guarda do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA-UFPR).

Devido a proposta da pesquisa, não foram coletados materiais para datações por C14, motivo pelo qual é possível fazer apenas uma cronologia relativa entre os sítios arqueológicos. Desta forma, os sítios PR FO 53 e PR FO 54, segundo os autores, corresponderiam às implantações indígenas mais antigas do que a ocupação espanhola, devido à frequência de decorações corrugadas, enquanto o sítio PR FO 56 representaria uma ocupação Guarani posterior à destruição de Cidade Real, pois os traços diagnósticos (em especial a cerâmica corrugada) possuem baixa

expressividade nas coletas, sendo substituída pela decoração escovada (CHMYZ et al 2015).

Fica evidente que o foco das pesquisas ao longo do século XX foi no detalhamento e entendimento das ruínas de Cidade Real do Guairá, dando-se pouco destaque aos objetos indígenas das proximidades, que ou foram excluídos das narrativas ou simplesmente encaixotados como tradição Tupiguarani, atuando como coadjuvantes na história colonial. Os pesquisadores do PRONAPA¹³ optaram por denominar as coleções relacionadas aos povos Tupi e Guarani como "tupiguarani", sem hífen, com o propósito de distinguir os achados arqueológicos dos povos originários atuais, estabelecendo uma distância entre o período pré-colonial e os descendentes indígenas dos artefatos recuperados. Em Chmyz et al (2015), os sítios Guarani são indicados como associados as estruturas da ruína e presentes como parte do complexo arqueológico anterior e posterior a ocupação espanhola, contudo, no mapeamento sugerido pelo projeto, as áreas relacionadas aos sítios arqueológicos Guarani, compõe uma área denominada "sub-zona de entorno", ficando fora inclusive da zona demarcada como de importância de pesquisa.

A proposta da Arqueologia descritiva, que é marcada pelo etnocentrismo e ganhou força durante a ditadura militar no Brasil, tende a se distanciar das populações e dos dados etnográficos. Em contextos de resistência, nos quais as sociedades indígenas buscam reafirmar suas histórias de longa duração para legitimar seus direitos territoriais atuais, essa abordagem acaba por reforçar os processos colonialistas. Isso acontece ao promover uma visão simplista e depreciativa sobre os povos indígenas, destacando aspectos como a baixa densidade demográfica, o determinismo ambiental e a simplificação da complexidade sociológica desses povos (FUNARI, 2002; NOELLI & FERREIRA, 2007).

A pesquisa arqueológica na região de Cidade Real do Guairá revelou uma riqueza de vestígios significativos, todos eles associados à presença Guarani na região. Os acervos coletados nessas pesquisas, não apenas identificam implantações associadas a Cidade Real e o período de colonização, mas atestam os contextos indígenas de ocupação do território, de vivência e resistência. No entanto,

13 O Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), coordenado pelos estadunidenses Betty Meggers e Clifford Evans, teve atividades entre 1965 e 1971. O financiamento partiu de Washington, por intermédio da Smithsonian Institution e do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas (CNPq). O Programa tinha como principal enfoque às rotas de migração e difusão cultural relacionadas à origem da agricultura e da cerâmica nas Terras Baixas da América do Sul por meio de um método comparativo entre conjuntos de artefatos similares. Os métodos adotados durante o programa foram influência para toda uma geração de profissionais. Igor Chmyz, responsável pelas pesquisas na região, fez parte dos arqueólogos do PRONAPA.

historicamente, a História do Paraná excluiu de sua narrativa, durante muito tempo, a presença dos povos originários, especialmente no contexto contemporâneo. O entendimento comum que se tem sobre o Paraná é de que foi uma região construída por imigrantes europeus, e que os indígenas e a população negra foram pouco relevantes para a construção da identidade paranaense¹⁴. Isso se reflete fortemente nos povos indígenas que hoje vivem no estado, o que inclui, mais uma vez, os Avá-Guarani referidos nesse artigo. Nesse sentido, o trabalho com a coleção Ygá-Miri dentro de um museu universitário, mas em colaboração e diálogo constante com os indígenas, é importante também para desconstruir essa visão de passado essencialmente colonialista que se tem do Paraná.

A relevância dos sítios arqueológicos da região, por outro lado, vai além da esfera acadêmica e se estende à comunidade, pois o patrimônio arqueológico e cultural representado por esses espaços é crucial para a promoção de identidades locais e o fortalecimento de suas lutas territoriais. A compreensão do passado ancestral e a valorização desses recursos culturais contribuem para o direito à cidadania das comunidades envolvidas.

Entre diferentes mundos: Desafios na gestão do patrimônio cultural.

As ações em torno da coleção Ygá-Miri têm a dimensão espiritual do relacionamento com esses objetos como uma de suas principais características, tendo em vista o fato de ter contado desde seu início com a participação Avá Guarani. Como veremos a seguir, longe de ser uma simples superstição ou crença, essa dimensão espiritual e xamânica envolve a agência de seres não-humanos, que através de sua presença e demandas acabam por fazer com que ocorra o diálogo entre diferentes ontologias, que se colocam em relação por meio da efetivação das diferentes etapas do projeto.

Cabe apontar que consideramos que olhar para dimensões transcendentais envolvidas nesse relacionamento não significa desconsiderar as questões políticas, ou práticas, a ela relacionadas. Tal como apontou Egon Schaden (1962), em sua análise abrangente sobre os Guarani, a vida religiosa tem uma importância central como elemento fundamental da resistência cultural dessas comunidades diante das pressões exercidas pela situação de contato com o mundo não-indígena. Desse modo,

14 Sobre o tema, especificamente sobre a população negra, ver: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Escravidão, africanos e afrodescendentes na “cidade mais europeia do Brasil”: identidade, memória e história pública. *Tempos Históricos*, v. 20, pp. 218-240, 2016. Disponível em: <https://e-vestiga.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/13138/9960> Acesso em: 22 mar. 2024.

ao investigar os alicerces da "extraordinária religiosidade" dos Guarani, Schaden (1962) propôs que essa manifestação específica seja entendida como uma resposta singular à situação colonial que os Guarani enfrentam.

A história da coleção Ygá-Miri e de seu traslado do MUPA para o MAE-UFPR entrelaça-se com a complexa relação entre a cosmovisão Avá-Guarani e os desafios da gestão e salvaguarda de objetos etnológicos e arqueológicos. Mais do que meros remanescentes de embarcações do passado, elas configuram-se como actantes que agenciam a interação entre diferentes mundos: o indígena, o acadêmico-científico, o estatal burocrático e o jurídico.

Para os Avá-Guarani, após a escavação de objetos ancestrais, os rituais de resguardo, conduzidos por rezadores, são cruciais para evitar possíveis malefícios aos envolvidos. Através dos rituais na casa de reza, os rezadores se comunicam com os antigos donos desses objetos, obtendo assim as instruções para como lidar com eles da melhor forma, possibilitando a transferência da posse como dádiva às comunidades Avá-Guarani.

Segundo transmitiram os rezadores após uma das canoas ter sido batizada, justamente com o nome de Ygá-Miri, na casa de reza da aldeia Pohã Rendá em 2018, uma anciã e um ancião, agora na forma de espíritos, são os donos dos objetos e quando uma pessoa morre, uma parte de sua essência permanece no local onde ela viveu, bem como o vínculo com esse território. Dessa maneira, esses objetos são vistos como portadores dessa presença sobrenatural, sendo que a relação com eles é fundamental para estabelecer conexões com os donos e os diferentes domínios que compõem o cosmos. De acordo com Benites et al (2022)

a caminhada é vista como parte integrante da totalidade da grande viagem iniciada pelos antepassados, que agenciavam e experienciavam cada *tekoha* e cada lugar distante, formando redes interconectadas de múltiplas aldeias ao longo do tempo e espaço. Essas redes são enraizadas nas dimensões físicas e não físicas, como os céus e patamares, representando trilhas da existência. Viver/existir na ótica dos antepassados é caminhar para estabelecer um itinerário de relações duradouras com os diversos guardiões que compõem o território tradicional, sendo eles os donos das florestas, rios e outros elementos naturais. O *tekoha*, ou aldeia/território, é o resultado dessa grande viagem, onde o "movimento" dinamiza as energias do lugar, engrenando diversos sistemas para animar a vida em sua totalidade (Benites et al, 2022, p.224).

Nesse sentido a importância da reza é ressaltada como um meio de estabelecer um diálogo com os donos dos objetos, vinculados ao território de onde foram escavadas e abrir caminhos para o encontro com eles. Através dela, é possível

estabelecer um acordo com o dono da canoa, por exemplo, e garantir que a viagem entre os diferentes domínios dos cosmos ocorra de forma segura.

O rezador enxerga o dono e conversa com ele no sono, através do sonho. É preciso entrar em acordo com o dono da canoa, mas para isso precisa de reza. O adiamento de uma viagem é um livramento, proteção advinda da reza. Se a gente sai com o pensamento variado o dono percebe. Rezar para que a viagem saia, mas com o caminho limpo. A canoa é um objeto sagrado, não pode chegar ou tocar de qualquer forma, porque o dono ta cuidando. Respeitar o objeto antigo, ele foi achado, mas foi entregue, ele (o dono) pode querer um troco. (Gilberto Benites, comunicação pessoal)

A partir do contato com Gilberto e Nazany - nossos interlocutores - pudemos compreender que as ideias de cuidado e respeito são centrais na concepção dos rezadores Avá-Guarani. Lidar com as coisas dos outros é visto como trabalhar com a dimensão sobrenatural envolvida com esses objetos. Portanto, é necessário agir com respeito e tratar essas questões com seriedade, pois as consequências podem ser graves. O interlocutor destaca que os donos dos objetos estão atentos às ações das pessoas e que o "troco" pode ser a própria vida.

Segundo Fausto (2008), a categoria de dono e seus recíprocos designam um modo generalizado de relação nas sociedades ameríndias que caracteriza interações entre humanos, entre não-humanos, entre humanos e não-humanos e entre pessoas e coisas. O conceito de "dono" nas sociedades indígenas é complexo e vai além da simples ideia de posse ou domínio. Em certa medida essa categoria, tal como demonstrado pelo antropólogo, apresenta um caráter duplo. O dono é aquele que simultaneamente cuida e do qual se deve ter cuidado.

O dono é aquele que cuida e protege suas criaturas, sejam elas humanas, animais, plantas ou objetos, sendo responsável pelo bem-estar, pela reprodução e pela mobilidade delas. Essa relação de cuidado e proteção estabelecida pelo dono implica em uma assimetria na qual o dono exerce controle, mas também assume a responsabilidade de zelar pelo que lhe pertence. Por outro lado, aqueles que estão sob a condição de serem "possuídos" ou cuidados pelo dono também têm a expectativa de receber cuidado e proteção em troca. Assim, a relação entre o dono e suas criaturas é marcada por uma reciprocidade de cuidado, na qual tanto o dono quanto o "possuído" tem papéis a desempenhar. Essa dinâmica de cuidado mútuo reflete a interdependência e a coexistência harmoniosa entre os diferentes seres e entidades que compõem o universo social e cosmológico das sociedades ameríndias.

Portanto, o dono é aquele que cuida e protege, mas também é aquele de quem se espera cuidado e proteção, estabelecendo uma relação de reciprocidade e

responsabilidade mútua entre as diferentes entidades. Essa concepção ampliada de cuidado vai além do simples ato de prover as necessidades básicas, englobando também aspectos emocionais, espirituais e cosmológicos que são fundamentais para a compreensão das relações sociais e ambientais nessas sociedades.

É por isso que todos os eventos e ações envolvidas na curadoria da coleção Ygá-Miri devem considerar essa dimensão espiritual para sua realização. Os donos precisam ser devidamente comunicados de alguma eventual mudança, como foi o caso da transferência da guarda do MUPA para o MAE-UFPR. Ao dialogar com a dimensão sobrenatural da Ygá-Miri, os *chamo'i* Avá-Guarani e o próprio dono da canoa demonstram sua forma de lidar com a alteridade, seja do passado ou do presente, representada pelos *Juruá* (não-indígenas) e seus projetos.

Em certo sentido, tal como demonstra Carlos Fausto (2008), o sistema da maestria, implicado pela categoria de dono, pode ser pensado justamente como uma forma ameríndia de lidar com a alteridade extrema, trazendo a afinidade para uma proximidade possível com o parentesco. A retirada, a mudança, a conservação, bem como o possível retorno da coleção Ygá-Miri para seu local de origem, estão diretamente ligadas à concepção de pessoa, de terra e de viver dos Avá-guarani. Assim, esses processos se ligam a outros, principalmente à luta que vivenciam pela demarcação oficial de suas terras. Nesse sentido é imprescindível que o projeto de resgate e salvaguarda desses artefatos seja útil e, do ponto de vista Avá-Guarani, consequentemente belo, ou *porã*, nesse processo de luta pela demarcação.

Ao trabalhar de maneira colaborativa e em diálogo horizontal com os indígenas, a equipe do MAE-UFPR precisa considerar na mais alta relevância essa cosmovisão guarani. Isso implica numa série de desafios e de reposicionamentos de nossas próprias concepções de gestão do patrimônio e de curadoria, o que inclui a conservação, um dos elementos chave do projeto, que prevê ações específicas voltadas para a conservação da coleção.

A Teoria Contemporânea de Restauração¹⁵ (Viñas, 2021) propõe já há algum tempo a defesa da participação ativa dos sujeitos detentores e produtores das referências culturais nos processos de preservação. Esse tema já vem sendo discutido, desde o final do século XX, porém a prática ainda é incipiente e desafiadora.

15 Nome como é conhecida a teoria contemporânea da conservação e restauro, popularizada após a publicação do livro "Teoria Contemporânea da Restauração" de Salvador Muñoz Vinas que introduz novos conceitos e reflexões ao campo da conservação através da crítica das teorias clássicas. Vinas esclarece nas definições iniciais do livro que o título "Teoria Contemporânea de Restauração" faz referência ao conjunto de atividades próprias do restaurador, ou seja, conservação e restauro. Dessa forma, utilizaremos ambos os termos ao longo do texto.

No campo da conservação, muitas práticas ainda são fortemente influenciadas pela teoria clássica, em grande parte organizada sob a influência do positivismo, que pretendia que a conservação e o restauro se limitassem à objetividade, à criticidade e ao cientificismo, além de ficar circunscrita em pequenos grupos de especialistas autorizados a determinar sobre quais objetos e quais métodos deviam ser utilizados. Nesse sentido, ainda ecoa na área um discurso carregado de cientificismo e na crença dos saberes se concentrarem apenas na academia por especialistas “iluminados”. Porém, a *práxis*, em sentido freireano, propõe que a prática não sofre apenas influência da teoria, a prática igualmente vai adaptar a teoria, numa interação dinâmica. Arriscamos dizer que esse é o grande advento da teoria contemporânea de conservação e restauro, a abertura do campo da conservação para debates que finalmente pudessem abarcar a pluralidade do patrimônio mundial. Consagrada por Salvador Muñoz Viñas a teoria contemporânea vai de encontro à crença da objetividade, não pretende ser taxativa e representante da verdade absoluta, pois, como afirma com ironia, “seria uma imprecisão pretender convertê-los em completamente precisos. (Viñas, p. 88, 2021)”

Viñas (2021) acredita que a conservação e o restauro se caracterizam por aspectos subjetivos e que os objetos, alvos da conservação, são imbuídos de caráter simbólico. Nas palavras dele: “Sobre estes objetos se atribuem alguns valores que, na realidade, correspondem a sentimentos, crenças ou ideologias, isto é, aspectos imateriais da realidade. (...) e o próprio ato de restauração é uma forma de expressar uma atitude em direção a esses sentimentos ou ideologias.” (VIÑAS, p. 46, 2021) Além disso, Viñas discorda que o ato da conservação e restauro deve ficar restrito ao ateliê, discutido apenas entre especialistas num debate fechado. Ele sugere “a adoção de uma ética mais democrática e menos aristocrática (...) a presunção de que sobre o patrimônio de muitos somente devem decidir os especialistas é uma forma de domínio tecnocrático, isto é, aristocrático. (VIÑAS, 2021, p. 171)

Nesse contexto, o trabalho de conservação realizado de maneira colaborativa não apenas é reconhecido, mas também é valorizado como um componente essencial. Esse foi um dos princípios norteadores que direcionaram todas as fases do evento em análise. No entanto, embora seja um objetivo desejável, é importante reconhecer que qualquer empreendimento que envolva participação plural inevitavelmente enfrenta desafios, incluindo tensões, dilemas e a necessidade de alcançar consensos, apesar dos dissensos. Como mostraremos adiante, isso requer

que arestas sejam aparadas para que o processo possa verdadeiramente ser caracterizado como democrático e ser efetivamente realizado.

Assim, conforme avançamos na implementação da conservação colaborativa, tornou-se evidente que outro princípio fundamental seria essencial para o sucesso do projeto e nesse ponto, os dois pilares orientadores do trabalho começaram a se entrelaçar: a conservação coletiva, que enfatiza o diálogo e a participação de todas as partes envolvidas, e o conceito Avá-Guarani do *Teko JoJa*, que busca o equilíbrio entre todos os elementos.

Sobre o *Teko JoJa*, conceito fundamental para os Avá-Guarani e que se revelou fundamental também para a equipe do museu, falaremos logo adiante. No entanto, antes de prosseguirmos, consideramos importante descrever alguns desafios envolvidos na prática das ações colaborativas, nesse caso, no processo de transferência da coleção de uma instituição museológica a outra. Embora tenha nos entusiasmado desde o início, o caráter dialógico do projeto também apresentou diversas inquietações de natureza metodológica e prática.

Como mencionado anteriormente, a transferência dos bens precisou ser adiantada para outubro de 2023, em função do pedido feito pelo rezador Belino, que quando consultado a respeito da mudança, disse que a cerimônia de transferência deveria ser antecipada. Segundo nos explicou, o motivo seria que os donos das canoas já estariam com muita saudade de ouvir os cantos dos rezadores. Além disso, mencionou que caso o evento demorasse muito, ele não sabia se poderia acompanhar, pois já se encontrava perto o momento no qual ele deixaria o mundo humano, ou seja, faleceria. As palavras de Belino e a preocupação das lideranças Avá-Guarani envolvidas no processo levaram a equipe a antecipar o processo, inaugurando, de fato, a conservação participativa. Isso ocorreu independente dos recursos financeiros e contando com a cooperação de todas as instituições envolvidas para manejar os desafios impostos para a burocracia.

No projeto submetido para transferência de recursos ao MAE havíamos previsto diárias e passagens para os indígenas e profissionais de assessoria técnica, para aquisição de materiais para embalagem e transporte, além de veículo específico para transporte de bens museológicos de grande porte, no entanto, com a antecipação da etapa da transferência, todas essas questões teriam que acontecer de forma autônoma. Nesse sentido, paralelamente a articulação empreendida para trazer os Avá-Guarani e todas as questões relacionadas com hospedagem e alimentação, o mês de setembro foi dedicado, quase que com exclusividade, pela equipe técnica do

MAE, para o planejamento do transporte dos bens, com ênfase para a canoa maior que tem pouco menos de 6 metros de comprimento e demandava um cuidado mais específico pelo tamanho e estado de conservação.

As questões desafiadoras foram desde a disponibilidade, entre uma das instituições, de caminhão com tamanho compatível para o transporte, o planejamento da rota para movimentação e espaço para o ritual xamânico no MUPA e no MAE, até a embalagem para transporte da canoa maior que pudesse funcionar como uma maca para percorrer o trajeto até o caminhão com segurança e não sofresse com a movimentação dentro do veículo no percurso entre os museus.

Um grande fator complicador que não estava previsto, mas que perdurou até o último momento foi a falta de acesso direto à canoa maior. Até o dia do ritual de transferência a canoa estava exposta no MUPA dentro de uma vitrine fechada e por não poder acessá-la, não tínhamos a exatidão do estado de conservação, da densidade da madeira e do peso, o que acrescentou mais um obstáculo aos demais, uma vez que essas informações eram fundamentais para o planejamento da embalagem e da melhor forma de movimentação.

Somado a isso, uma das orientações indicadas pelo rezador era que todas as peças que seriam transferidas deveriam estar sem embalagem e dispostas para o contato com a comunidade Avá-Guarani durante o ritual. Esse se realizaria na tarde da segunda-feira para então, na terça-feira de manhã o transporte ser realizado e, já no MAE, haver mais um momento do cerimonial xamânico. Dessa forma, não seria possível embalar e testar a eficiência do acondicionamento antecipadamente, pois a vitrine da canoa foi aberta somente após a realização da cerimônia pelos indígenas. Todas as embalagens teriam que ser realizadas após o evento e na manhã do outro dia tudo teria que funcionar baseado nas nossas hipóteses.

Isto posto, tratamos a partir de uma estimativa do estado de conservação, peso e densidade realizar diversos protótipos com o material que dispúnhamos. Foram vários debates, tentativas e ajustes até a maca/embalagem ser capaz de comportar o que imaginávamos ser o peso da canoa (aproximadamente 80kg) e 8 pessoas poderem fazer o transporte com praticidade e segurança.



Figura 7: Acondicionamento das peças no MUPA.

Além dos desafios relacionados à embalagem e transporte adequados, a realização da cerimônia dentro de um espaço museológico implicou em outros desafios e quebras de concepções ocidentais de conservação. O ritual junto aos objetos, que não poderiam estar embalados, incluía a batida do *Takuapu* (tronco de bambu) no chão e o uso do *Petyngué* (cachimbo). É de amplo conhecimento que os museus são caracterizados pelo rígido protocolo de conservação preventiva, que inclui evitar formas que possam causar trepidação no edifício e a proibição explícita de fumar dentro de suas instalações. No entanto, esse momento se revelou como o de maior troca e diálogo, uma vez que todos da equipe técnica compreendiam o quão fundamental para o sucesso do processo era a realização da cerimônia tal qual os Avá-Guarani haviam planejado. O que nos remete à teoria contemporânea de conservação quando defende que a melhor conservação ou o melhor restauro, do ponto de vista ético, são os que produzem uma soma maior de satisfações (Viñas, 2021).

Para adicionar uma última preocupação, a previsão meteorológica indicava chuvas intensas para aqueles dias. O mau tempo gerava ansiedade, já que o carregamento e descarregamento dos bens ocorreriam ao ar livre, pelas áreas externas dos museus. Mesmo com as peças embaladas, a chuva poderia dificultar a movimentação, especialmente no transporte da canoa maior, que exigia o esforço conjunto de oito pessoas, ou até mesmo causar danos. A chuva realmente se concretizou nos dois dias, porém, aconteceu exatamente após termos concluído os

trabalhos. Fato esse que aos olhos dos rezadores, não teria sido um simples acaso, mas uma benção de Nhanderu, a divindade suprema na cosmologia Avá-Guarani.

Fica evidente, portanto, a complexidade envolvida nas ações para que a transferência ocorresse da melhor maneira possível, tanto no que se refere aos aspectos da conservação, como também no aspecto espiritual, fundamental para os Avá-Guarani. Essas complexas dimensões sociopolíticas e éticas reforçam, assim, a necessidade de considerar não apenas os aspectos práticos, como aquisição e preservação, mas também os aspectos mais amplos que envolvem as relações de poder e ética na representação cultural. De acordo com Cury (2017), tal relacionamento demanda uma abordagem colaborativa e respeitosa, ressaltando a importância de um engajamento mais profundo e consciente com as comunidades indígenas.

Nesse sentido, apresentando uma reflexão que se concentra em trabalhar a partir da colaboração com as comunidades indígenas e visando combater os esforços de colonização intelectual e espiritual, destacamos a importância de considerar e integrar as múltiplas maneiras pelas quais as pessoas concebem, estudam e gerenciam o passado e o patrimônio, bem como a relação entre coisas, pessoas e seres não-humanos a partir de suas respectivas ontologias. Dessa maneira, salientamos que qualquer modelo de pesquisa colaborativa deve envolver as comunidades descendentes e explorar os métodos e práticas que elas consideram como culturalmente relevantes e apropriados (ATALAY, 2006).

Considerações Finais: *Teko Joja* e a burocracia de um museu universitário.

Segundo pudemos aprender com nossos interlocutores, lideranças e professores indígenas envolvidos no projeto, a cosmovisão Avá-Guarani, com seu conceito central de *Teko Joja*, busca incessantemente o equilíbrio entre os seres vivos e não-humanos, os sistemas do universo e a própria vida. Essa filosofia de profunda conexão com a terra, a ancestralidade e os saberes tradicionais se contrapõem à rigidez das normas e procedimentos burocráticos das instituições que gerenciam o patrimônio cultural.

A jornada da coleção Ygá-Miri ilustra essa dicotomia. De um lado, a necessidade de rituais para apaziguar os espíritos guardiões da canoa, de acordo com a cultura Guarani. Do outro, a rigidez das normas que exigem documentações, laudos técnicos e autorizações para a transferência da canoa do Museu Paranaense (MUPA)

para o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Nesse contexto, o *Teko Joja* se apresenta como uma ferramenta valiosa para navegar neste labirinto de negociações. Através da modulação da burocracia, busca-se construir pontes que possibilitem o cuidado e a preservação da Ygá-Miri, respeitando a cosmovisão Avá-Guarani e as exigências institucionais. Segundo Benites et al, em um importante artigo colaborativo realizado também com comunidades Guarani:

O *teko joja*, conceito que combina "*teko*" (modo de ser, viver) e "*joja*" (harmonia, coletividade, unidade), expressa a ideia de que o tempo está na dimensão do território, estabelecendo sua durabilidade no processo de relação com as divindades em movimento. Essa prática produz atores que, ao viajarem, transportam valores adquiridos nos diferentes lugares do *tekojo*. Os antepassados viviam dessa maneira, produzindo aldeias sagradas como intermediárias para a produção do *teko araguyje*. Simultaneamente, essa prática os moldava como seres humanos, direcionando-os nos passos das divindades para que o significado do entorno (plantas, animais, rios e outros seres) compusesse a plenitude de seu ser (Benites et al, 2022, p.231)

Dessa maneira conceito de *Teko Joja*, como um ensinamento central dos rezadores, pode ser traduzido como "harmonia comunitária em constante construção ou movimento". Aplicado no contexto aqui em questão significa que um grupo de pessoas que trabalha junto deve estar de acordo e em sintonia com os propósitos da ação a ser tomada. Sem essa harmonia, que envolve uma interação entre as instituições, as comunidades Avá Guarani e os donos, o processo de gestão do patrimônio cultural torna-se desafiador. Cabe considerar que, a harmonia, segundo a filosofia do *Teko Joja*, é algo sempre provisório e instável, sendo que na realização de um objetivo sempre ocorrerão testes que visam colocar à prova a intenção e a noção de coletividade dos envolvidos.

Essa discussão do *Teko Joja* conversa com o que propõem alguns autores sobre as transformações e adaptações trazidas pelos processos colaborativos nos museus. Fabíola Silva, ao refletir sobre museus e povos indígenas, afirma que essa colaboração "permite rever nossa prática teórica enquanto pesquisadores e profissionais de museus". (SILVA, 2016, p.75) Os caminhos metodológicos e teóricos estão sempre em construção, ou provisórios e instáveis, conforme a filosofia guarani do *Teko Joja*.

Através dos rezadores e seus rituais, a comunicação entre os mundos indígena e acadêmico-científico se torna assim possível. A modulação da burocracia, inspirada nos princípios do *Teko Joja*, permite a construção de pontes de diálogo intercultural e

adaptabilidade às necessidades e cosmovisão Avá-Guarani. Como explicitamos na seção anterior, o momento em que os rezadores usaram o tronco de bambu e o cachimbo dentro do museu durante a cerimônia, evidencia a troca, o diálogo e a abertura da equipe, destacando a atuação do *Teko Joja*. Tanto os indígenas quanto a equipe do MAE estavam imbuídos, igualmente, naquele momento, na melhor conservação dos bens, como defendido por Viñas (2021). Os *juruá* providenciando os espaços, a embalagem e a movimentação adequada, e os indígenas atuando na dimensão sobrenatural, se comunicando e pedindo permissão para os antigos donos, espíritos ancestrais, para a transferência dos bens. Outro exemplo foi em relação às condições climáticas durante o traslado. A chuva que parou exatamente nos momentos em que precisávamos sair dos espaços cobertos, foi por todos entendido como um sinal de aprovação de Nhanderu e da harmonia que se busca com o *Teko Joja*.

Ao final do evento concluímos que a filosofia do *Teko Joja*, que se traduz como uma busca contínua pelo equilíbrio, também reflete o que entendemos como conservação e que ambos os conceitos se entrelaçam em vários momentos do trabalho. A conservação sempre procura conformar fatores que podem ser vistos como dicotômicos; por exemplo, como podemos expor sem degradar? Como podemos conservar sem expor? De maneira holística, fatores ambientais, físicos e humanos precisam ser conciliados a todo momento para garantir a conservação do patrimônio, da mesma forma que o *Teko Joja* considera a interconexão de todos os elementos do ambiente. Não é um estado estável, mas uma busca perene permeada por oscilações e novos desafios.

A partir do que foi apresentado até aqui consideramos que a história da mudança da coleção Ygá-Miri demonstra que a modulação da burocracia, inspirada nos princípios do *Teko Joja*, é um caminho possível para a construção de um futuro mais justo e inclusivo na gestão do patrimônio cultural. Essa experiência abre caminho para novas formas de diálogo e colaboração entre diferentes saberes e práticas, na busca por soluções criativas para os desafios da salvaguarda da diversidade ontológica. Em certa medida esse caso etnográfico nos convida a repensar as relações de poder e colonialidade presentes nas práticas de gestão do patrimônio cultural. A modulação da burocracia, como ferramenta de diálogo intercultural, permite a construção de pontes entre diferentes cosmovisões e sistemas de conhecimento.

Dessa maneira destacamos que é fundamental reconhecer a importância da participação ativa dos povos indígenas na gestão de seus bens patrimoniais. A

cosmovisão Avá-Guarani, com seus conceitos de *Teko Joja* e dono, oferece uma perspectiva valiosa para a construção de um modelo de gestão mais inclusivo e equitativo. O processo de transferência da coleção Ygá-Miri, iniciado em abril de 2023, ilustra como a modulação da burocracia pode ser aplicada na prática. A comunicação constante e transparente entre as diferentes partes envolvidas – MAE, IPHAN, lideranças indígenas e comunidade Avá-Guarani – foi fundamental para superar os desafios e construir pontes de compreensão.

Referências bibliográficas

ATALAY, Sônia: Indigenous Archaeology as Decolonizing Practice. **American Indian Quarterly**, Vol. 30, No. 3/4, Special Issue: Decolonizing Archaeology. University of Nebraska Press, pp. 280-310 2006

BENITES, E., DOMINGUES, E., THOMAZINHO, G., Dourado, G., Oliveira Silva, G., Aires Tiago, G., & Pimentel, S. K. (2022). TekoJoja: o caminho dos povos Kaiowá e Guarani como re-existência frente ao racismo e genocídio cotidianos. **Revista Tellus**, 23(50), 914-932.

CHMYZ, I. Arqueologia e História da vila espanhola de Ciudad Real do Guairá. **Cadernos de Arqueologia, Museu de Arqueologia e Artes Populares**. Paranaguá, 1976, n.1, p. 7-103.

CHMYZ, I; et al. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. **Cadernos de Arqueologia. Museu de Arqueologia e Artes populares**. Paranaguá, 1976, n. 1, p. 119-148.

CHMYZ, I.; CHMYZ J.C.G.; BROCHIER, L.L. **Bens Arqueológicos associados às ruínas de Ciudad Real del Guayrá**. Maringá: Massoni. 2015 80p.

CHMYZ, Igor; MIGUEL, Rucirene. **Relatório técnico sobre a arqueologia e a etno-história da área do Parque Nacional do Iguaçu**. CEP/UFPR - FUNPAR. Curitiba, 81p. 1999

CHMYZ, I; MIGUEL, R. Resgate, conservação, restauração e a salvaguarda dos remanescentes da canoa guarani encontrada no sítio arqueológico do parque real Guairá a beira do rio paraná, estado do Paraná. **Relatório Final**. Paraná, 67p. 2019.

CURY, Marília Xavier. Circuitos museais para a visita crítica: descolonização e protagonismo indígena. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 7, p. 87-113, 2017.

CURY, Marília Xavier. Metamuseologia: reflexividade sobre a tríade musealia, musealidade e musealização, museus etnográficos e participação indígena. **Revista Museologia e Interdisciplinaridade**, v. 9, n. 17, jan/jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/museologia.v9i17.29480>. Acesso em: 22 mar. 2024.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução: Bruno Brulon Soares, Marília Xavier Cury. ICOM: São Paulo, 2013.

DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. In: **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio** – PPG-PMUS Unirio, MAST, vol. 1, n. 6, 2013. pp. 99-117.

FAUSTO, Carlos. Donos demais: maestria e domínio na Amazônia. **Mana** [online]. 2008, v. 14, n. 2, pp. 329-366. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132008000200003>. Acesso em: 02 jul. 2024.

FUNARI, P. P. Desaparecimento e emergência dos grupos subordinados na arqueologia Brasileira. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 131-153, dez 2002.

MIGNOLO, Walter. Museus no horizonte colonial da modernidade. Garimpando o museu (1992) de Fred Wilson. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 7, n. 13, jan./jun. 2018, p. 309-324.

NOELLI, F. S; FERREIRA, L. M. A persistência da teoria da degeneração indígena e do colonialismo nos fundamentos da arqueologia brasileira. *Análise • História. Ciência. Saúde-Manguinhos* 14 (4) • Dez 2007

SILVA, Fabíola Andréa. “Leva para o museu e guarda”. Uma reflexão sobre a relação entre museus e povos indígenas. In: CURY, Marília Xavier. (Org.). **Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate**. São Paulo: Secretaria da Cultura: ACAM Portinari: MAE/Universidade de São Paulo, 2016, p. 71-79.

SCHADEN, E. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani**. São Paulo EPU, Editora da Universidade de São Paulo, 1962.

THOMAZ, J.C. T & ANDRADE, S.A. Levantamento Prospectivo na Área de Tombamento da Cidade Real do Guairá – Terra Roxa – PR. **Relatório Técnico**, Curitiba, 2014.

VIEIRA, Mariane Aparecida do Nascimento. A inserção indígena nos museus. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Brasil, n. 30, p. 118–130, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/144272>. Acesso em: 2 jul. 2024.

VIÑAS, S. M. **Teoria Contemporânea da Restauração**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

WALSH, C. **Interculturalidade, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época** Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Ediciones Abya-Yala, 2009.